



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 8 DE 29-09-2018**

ATA DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2018

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, no salão Nobre dos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, reuniu-se pelas nove horas e trinta minutos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, conforme convocatória do dia onze do mesmo mês, presidida pelo senhor João Manuel Rijo Dionísio, Presidente da mesma, com a seguinte ordem de trabalhos:

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A preencher nos termos do Regimento

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Informação sobre a situação financeira e sobre a atividade do Município e situação económica e financeira do 1.º semestre de 2018;
2. Aquisição de serviço público de Transportes Regulares de Passageiros;
3. Rede Social de Idanha-a-Nova: indicação de um elemento para a integração no Núcleo Executivo do CLAS;
4. Participação variável no IRS no concelho de Idanha-a-Nova;
5. Fixação da Taxa Municipal pelos direitos de passagem;
6. Fixação de taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI);
7. Lançamento da Derrama a cobrar no ano de 2019;
8. Proposta de alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2018 – Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários;
9. Concessão de Exploração da Casa Marrocos em Idanha-a-Velha, no âmbito do Programa REVIVE.

O senhor Presidente da Assembleia mandou proceder à chamada dos senhores deputados, tendo-se verificada a ausência do senhor Manuel da Fonseca Monteiro, substituído pelo senhor Lourenço Malhadas, da senhora Susana Isabel Prelhaz Martins, substituída pelo senhor João José Robalo Cabral, o senhor Albano Manuel Reynolds Pires Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Medelim substituído pelo senhor António Gabriel Correia da Fonseca e da senhora Maria Helena Gerales Esteves e Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Proença-a-Velha.

As ausências verificadas estão todas justificadas.

Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente da Assembleia, deu por aberta a sessão tendo de imediato dado início à discussão dos assuntos inseridos no

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.

O senhor Presidente da Assembleia deu início à sessão e dado que foi enviada aos senhores deputados a versão provisória da ata número sete da sessão ordinária do dia trinta de junho, solicitou aos senhores deputados se tinham algo a alterar.

Não havendo qualquer pedido de alteração, o senhor Presidente informou que relativamente à ata número sete não podem votar a mesma os senhores deputados Graça Maria Ferrer Pires, Lourenço Malhadas, João José Robalo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 8 DE 29-09-2018

Cabral, Adalgisa Patrícia Mendes Leitão Das, Gonçalo Gonçalves Afonso Costa e António Gabriel Correia da Fonseca, em virtude de não terem estado presentes na sessão.

Terminada a informação o senhor Presidente da Assembleia submeteu a ata a votação, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Votantes: vinte e um;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e um.

Em face deste resultado a ata foi aprovada por UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR.

Terminada a votação da ata, o senhor Presidente da Assembleia procedeu à leitura da correspondência recebida desde a última sessão da assembleia até ao momento.

De seguida informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra neste período antes da ordem do dia.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia disse que “ a minha intervenção prender-se que os senhores deputados me possam acompanhar num voto de congratulação que passarei a ler *Ao abrigo do artigo 18.º alínea d) do regimento da Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, proponho às senhoras e senhores deputados municipais que me acompanhem num voto de congratulação a enviar ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Praça do Comércio 1149-012 Lisboa, pela eleição, realizada em 18 de setembro de 2018, do seu Presidente, o senhor Juiz Conselheiro Dr. António Joaquim Pissarra.*

O senhor Juiz António Joaquim Pissarra é natural da vila de Idanha-a-Nova, onde tem residência temporária e onde residem ainda muitos dos seus familiares diretos.

O senhor Juiz António Joaquim Pissarra, foi Presidente do Tribunal da Relação de Coimbra, Vice-Presidente do Conselho Superior de Magistratura, sendo atualmente Juiz Conselheiro.

A Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, reunida em sessão ordinária no dia 29 de setembro de 2018, congratula-se assim pela eleição do seu conterrâneo para o mais elevado cargo da magistratura portuguesa e o 4.º na hierarquia do Estado Português, desejando que o seu mandato, com a tomada de posse prevista para o dia 4 de outubro de 2018, sendo o culminar de uma vida dedicada à justiça portuguesa, seja profícuo e dignificante da sua pessoa e da justiça em geral.

Assim peço então aos senhores deputados que me acompanhem neste voto de congratulação e se algum dos senhores deputados desejarem usar da palavra sobre o assunto ou então passaremos à votação do mesmo.

Não havendo pedido de intervenção passou à votação do mesmo tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e sete;

Em face deste resultado o voto de congratulação foi aprovado por UNANIMIDADE.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 8 DE 29-09-2018

O mesmo será enviado, obviamente, em nome da Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova ao Supremo Tribunal de Justiça à figura do senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, que obviamente, como digo, muito nos honra que um conterrâneo nosso tenha sido eleito, e não nomeado, para um cargo tão importante e de tanta relevância.

Seguidamente deu a palavra ao senhor deputado João Gerales que disse que “ faz um ano que este executivo tomou posse. No discurso que fiz na altura, destaquei duas áreas fundamentais para o futuro do concelho. Sito, para além da obra feita que enumerei destaco duas áreas que podem ter mais destaque no futuro no desenvolvimento do concelho, a agricultura biológica e as questões ambientais e energéticas. Ter políticas para um concelho limpo ambientalmente permite atrair um turismo amigo do ambiente e saudável. Passado um ano o concelho de Idanha é o primeiro município em Portugal a integrar a Rede Internacional das Bio Regiões, e a autarquia de Idanha comprou quatro viaturas elétricas para o concelho, apostando assim numa estratégia ambiental e economicamente verde.

Em relação à agricultura biológica destaco o processo de qualificação DOP da melancia, apresentado no festival da melancia do Ladoeiro que decorreu de 13 a 15 de julho com enorme sucesso.

Estas questões não podem ser esquecidas passado o mandato, a sustentabilidade e o respeito pelo meio ambiente é hoje uma preocupação crescente, uma vez que os recursos naturais estão cada vez mais ameaçados em consequência com a ação humana. São cada vez mais evidentes os impactos negativos que o homem provoca na natureza, a poluição, a destruição de habitats, a acumulação de resíduos sólidos e a diminuição rápida da biodiversidade são alguns exemplos dos problemas ambientais gerados pela ação humana. Perante tais preocupações e sendo estes temas uma das prioridades deste executivo destaco, o mês da sustentabilidade que vai decorrer em novembro no nosso concelho.

Idanha vai ser a capital nacional da sustentabilidade. De 2 a 4 de novembro vai decorrer em Idanha-a-Velha o encontro internacional da alimentação saudável, produção biológica e biodinâmica, de 8 a 12 de novembro vai decorrer a web summit verde, já com 100 inscrições de empresas, esta vai decorrer a partir do comboio verde que sai de Santa Apolónia, no dia seguinte à Web Summit, e acaba em Monsanto, no dia 13 de novembro é lançada a estratégia nacional sobre a agricultura biológica que vai decorrer em Idanha-a-Nova, terminando com a cimeira internacional de destinos turísticos sustentáveis de 15 a 17 de novembro. Este deve ser o caminho do nosso concelho na senda do progresso e na qualidade de vida de quem cá vive, de quem cá quer investir e viver.

Passando a outro tema de que vou falar e referente ao período em que eramos governados pelo governo do PSD/PP, houve medidas que foram na altura aplicadas em relação ao interior e destaco algumas dessas medidas, encerramento de tribunais, mudança de horários e frequência dos comboios intercidades, fecharam juntas de freguesia e esta foi a política do anterior governo em relação ao interior. Nos últimos três anos, e na minha opinião acho que já se deveria ter avançado muito mais do que se avançou, tem-se falado muito na descentralização do estado, e este é um tema que é claro na agenda deste governo, não com estas políticas de encerramento e do abandono do interior, mas sim com outra visão. Foi criada uma comissão independente para a descentralização aprovada pela Assembleia da República em agosto, onde foi apresentado o nome para essa comissão um destacado socialista, e acho que não há dúvida quanto à sua sinceridade, honestidade e capacidade que é o João Cravinho e também nesta comissão está o Alberto João Jardim, e numa altura em que tanto se tem falado na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 8 DE 29-09-2018

descentralização e na altura em que a finalização da discussão foi mais uma vez adiada, gostava de saber o que é que o senhor Presidente da Câmara tem a dizer sobre este tema, a descentralização em Portugal.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Joana Rossa que disse que “a urgência da reabilitação urbana é hoje consensual em Portugal.

O país chegou a uma situação paradoxal.

Em 1970, faltavam mais 500.000 casas em Portugal.

Entre 1970 e 2011, o número de indivíduos em Portugal cresceu 21,9%, mas o número de famílias cresceu 72,4%.

Mudou, efetivamente, a natureza dos agregados familiares.

Entretanto, o número de alojamentos passou de 2,7 milhões para 5,9 milhões (65% em áreas urbanas e 35% em áreas rurais) e há hoje em Portugal mais casas que famílias.

Este facto indicia que o atual problema da habitação em Portugal não é tanto de falta de habitações, mas de falta de habitações onde elas sejam necessárias, em boas condições e a preço acessível.

Entretanto, o paradigma da forma de acesso à habitação também mudou. Em 1970, 46% da população tinha casa arrendada e 54% casa própria. Em 2011, só 25% tinha casa arrendada e 75% casa própria. Mas na verdade a casa não é integralmente “própria”, uma vez que cerca de metade dos “proprietários” portugueses estava então a pagar empréstimos à banca, com todas as dificuldades e sacrifícios que, durante o período de austeridade, levaram à quebra dos rendimentos familiares.

Reportando-me ao concelho de Idanha-a-Nova, existiam, em 2011, 2,71 alojamentos por família. 4256 primeiras habitações, 6385 residências secundárias e 1183 alojamentos vagos.

Urge, pelo exposto, criar condições para que a reabilitação seja a principal forma de intervenção ao nível do edificado e do desenvolvimento urbano, passando a reabilitação da exceção à regra, assumindo a generalização da sua expressão territorial e fomentando intervenções integradas.

Uma nova estratégia para inverter o ciclo vicioso da degradação do edificado privado passa, desta forma, por tornar o investimento na reabilitação atrativo, o que exige um esforço conjugado entre Governo, Autarquia e promotores.

Desta forma, e pese embora a política do Governo para a reabilitação urbana não se esgote nos instrumentos de apoio ao financiamento, têm sido disponibilizados programas de investimentos, onde se inclui:

- o **Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas 2020 (IFRRU 2020)**, que visa o financiamento de operações de reabilitação urbana. Podem ser beneficiários deste financiamento pessoas singulares, pessoas coletivas privadas assim como pessoas coletivas públicas. São elegíveis para este programa: a reabilitação integral de edifícios com idade igual ou superior a 30 anos; e propostas de reabilitação de espaços e unidades industriais abandonadas. Os apoios são concedidos através de produtos financeiros de dois tipos (não acumuláveis): Empréstimos (em condições francamente superiores às praticadas no mercado) e Garantias.
- Note-se que se o edifício se destinar a habitação o mesmo tem de estar localizado no território, definido pelo Município, no Plano de Ação de Regeneração Urbana (atualmente a serem desenvolvidos pela autarquia). Se o edifício não se destinar a habitação, basta estar localizado numa Área de Reabilitação Urbana (ARU), já aprovadas em Assembleia Municipal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 8 DE 29-09-2018

Este Instrumento financeiro vai disponibilizar 1400 milhões de euros para alavancar investimentos de dois mil milhões em todo o território nacional

Pelo exposto, venho com a minha participação, lançar o repto ao executivo camarário, no sentido de poder proporcionar aos interessados sessões de esclarecimento, que se revelem oportunidades para apresentar as vantagens do financiamento da reabilitação urbana, através do IFRRU 2020 e de outros programas de financiamento, as principais regras de acesso e esclarecer as dúvidas que entretanto possam surgir, prevendo, se possível, a presença das entidades bancárias para esclarecimentos.”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado João José Cabral que disse que “o que me trás aqui no período antes da ordem do dia tem a ver com a realização de garraiyadas no mês de agosto numa rua que todos sabem bem qual é e a minha pergunta é a seguinte: *justifica-se o encerramento dessa rua para utilizar quatro noites no mês de agosto?* E ponho esta pergunta porquê? Porque acho que há muitas condicionantes. Em primeiro lugar a questão dos bombeiros, está bem que eles têm outra alternativa, mas esta alternativa é mais morosa em caso da necessidade da urgência. Mas depois vêm as pessoas que moram nessa rua. Há pessoas que têm lá o dia-a-dia e isso causa muito transtorno porque a rua está fechada, está com grades e não é possível um carro chegar perto das residências e inclusivamente há a questão do pó, que este ano foi um pouco descurado, e já tem havido anos em que fazem a rega do piso, e o pó foi entrando0 para a casa das pessoas com grandes inconvenientes até em termos de saúde e, além disso, temos também o ruído, não o ruído propriamente da garraiada, mas o ruído que se faz após a garraiada. Eventualmente haverá licenças até um determinado número de horas para fazer ruído, mas sabemos como é, depois da garraiada ficam sempre as pessoas que poderão já estar um pouco mais exaltadas e as pessoas que moram ali também precisam de descansar e isso é um inconveniente muito grande. Eu faço a pergunta porque é que todas as noites acendiam os holofotes da garraiada e ainda por cima virados para a casa das pessoas? Relativamente à duração, que são só quatro dias e está a rua fechada todo o mês, não sei se justificará e ponho à consideração das entidades promotoras, e penso que seja a câmara municipal, a continuidade dessa atividade. Além do mais acho que poderá haver alternativas e que talvez não prejudique as pessoas. Enfim quem lá vai, vai, quem quiser fazer o barulho faz, e portanto poderá haver alternativas e estou a lembrar-me, por exemplo, da feira raiana, da praça de touros, que é o local mais indicado para fazer este tipo de atividades, porque quem conhece um pouco da atividade tauromática aquele piso não é o ideal para as pessoas andarem ali. Por isso ponho à consideração do senhor Presidente da Câmara, da digníssima Assembleia Municipal no sentido de poder ser alterada este tipo de situação. Não quer dizer que em situações pontuais como a Feira Raiana que possa ser possível, mas isso trata-se de um fim-de-semana alargado, porque neste tipo estrar ali um mês a rua fechada acho que não é respeito pelos munícipes e muito menos pelas pessoas que lá vivem.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Maria de Lurdes Boavida que disse que “ o assunto mais falado no momento será realmente a descentralização, não só pela sua importância, mas também porque já passou de boca em boca e portanto a descentralização nós queremos salientar que não será um assunto a descurar, evidentemente em alguns aspetos nós também concordamos com a descentralização, mas será uma descentralização mais trabalhada, com mais tempo, com mais opiniões e que recolha mais consensos, e um dos grandes consensos que será necessário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 8 DE 29-09-2018

recolher será o deslocamento das verbas porque sem farinha não se faz pão e portanto sem o respetivo acompanhamento económico não conseguiremos e será um assunto para as autarquias pensarem bem, não conseguiremos dar andamento a tudo aquilo que for descentralizado para a responsabilidade das autarquias. Portanto esta será a nossa posição, descentralização sim, mas bem segura, bem pensada, bem trabalhada, com muitas consciências tranquilas quanto à descentralização. Com ansiedade não valerá a pena descentralizar, porque às vezes as ansiedades não trazem a solução adequada para os assuntos e para os problemas das regiões. Nós já somos uma região com alguns problemas que são difíceis de resolver, como por exemplo a desertificação, o calor, o verão prolongado, as secas, etc. e portanto trazermos agora mais assuntos, mais problemas para os quais não estamos preparados, isso seria realmente agravar a situação das regiões que como a nossa estão longe dos poderes, longe do litoral e que nos dá realmente um ânimo e uma luta permanente para conseguirmos ficar ao nível de algumas zonas do país mais desenvolvidas que nós.

Há um outro problema que eu queria aqui levantar e que foi através da televisão que eu tomei conhecimento que foi o problema do Centro de Saúde. Idanha-a-Nova naquele momento veio à tona e ao conhecimento do país por um assunto realmente rocambolesco, a falta de higiene no Centro de Saúde, é que não é só a higiene em si que nós temos nas nossas casas, será a assepsia que é necessária para tratar doentes, para tratar pessoas. Portanto o Centro de Saúde não precisa só de estar limpo, mas precisa de estar acético, o que é uma grande diferença entre a higiene normal e a higiene acética, pelo que achei muito estranho e fiquei muito pesarosa que esta situação tivesse acontecido no nosso Centro de Saúde e que trouxesse o nome de Idanha-a-Nova à televisão portuguesa, ao conhecimento geral do país por este sentido tão catastrófico.

Por outro lado também queria falar sobre, e é preciso com tantas atividades que temos no concelho é preciso não descurar a manutenção das águas, o fornecimento das águas à população que habitam normalmente cá, como no verão é precisa ainda mais atenção por causa da grande afluência de turistas às nossas freguesias. Portanto será necessário não descurar o fornecimento de água, a reparação das avarias e também não descurar a limpeza das ruas e a limpeza das aldeias que, às vezes, e talvez por férias dos respetivos funcionários, não obedecem aqueles parâmetros que nós gostaríamos de mostrar e de sentir sempre permanentemente no nosso concelho. E a propósito disto, ali no cruzamento entre a estrada que vem do Ladoeiro para a Zebreira e a estrada que vai de Idanha-a-Nova também para a Zebreira há uns meses atrás uma viatura com materiais de construção deixou cair uma quantidade enorme de azulejos e penso que ainda lá há restos de azulejos e não sei de quem é a responsabilidade de limpar aquilo, mas o que é certo é que isto deu uma má visualização do cruzamento.”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Jorge Joia, Presidente da Junta de Freguesia de S. Miguel D’Acha que disse que “ quando há pouco mais de uma década foi definida a rede escolar para o concelho de Idanha-a-Nova esteve inicialmente previsto um polo educativo para S. Miguel D’Acha englobando as crianças das freguesias próximas. Por pressões absurdas e incompreensíveis a que a câmara cedeu a autarquia deixou cair essa proposta inicial ficando o concelho com menos um estabelecimento escolar, obrigando as crianças dessas localidades a maiores deslocações.

Apesar da desertificação e do envelhecimento populacional que assola todo o interior e também o concelho de Idanha-a-Nova, tem sido com alguma dificuldade e lutando contra a pretensão do poder central de encerrar mais estabelecimentos se tem mantido o jardim-de-infância de S. Miguel D’Acha.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 8 DE 29-09-2018

A freguesia não tem contado com grande apoio para lutar contra a maré do encerramento que Lisboa quer impor. Sinal dessa falta de apoio são os pagamentos que a câmara municipal concede às famílias desta freguesia que contrariando a legislação e os regulamentos municipais, pois havendo o nível de ensino na localidade, é insustentável gastar dinheiro públicos a pagar tais deslocações. Contribui-se para fomentar o encerramento do estabelecimento, esvaziando a freguesia do pouco que ainda dispõe, aumentando a despesa do município. Iguamente se nos afiguram preocupantes, alguns rumores que circulam sobre eventuais verbas municipais para abertura de outro estabelecimento de ensino concorrente com o que existe na freguesia de S. Miguel D'Acha. Quando o governo retira subsídios aos estabelecimentos de ensino privados desde que exista oferta pública na área. A confirmar-se este rumor a sua concretização merece-nos toda a repulsa. Por um lado sabendo que esta iniciativa tem objetivos comerciais perfeitamente legítimos e assumidos por quem os promove, parece-nos contudo estranho que alguma empresa procure instalar o seu negócio num território, onde infelizmente falta aquilo que é essencial para a sua atividade, as crianças, a não ser que seja o erário público municipal a pagar essa aventura sem risco comercial, quando existe oferta da escola pública na localidade. Para além disso, e por ser uma experiência de sobrevivência duvidosa, só se for paga por todos nós, corremos o risco de ela própria poder vir a contribuir para vir a extinguir a escola pública na freguesia, para daqui a pouco tempo, quando essa iniciativa comercial fechar a porta, por evidente falta de rentabilidade ser a causa de mais uma machadada nas condições de vida do nosso concelho e das pouca famílias jovens que por cá restam e com mais uma freguesia sem escola, neste caso jardim-de-infância.

Esperemos que o bom senso e a defesa do interesse municipal se sobreponha à experiência que, podendo ter algum impacto imediato a curto prazo, se iria revelar prejudicial para a Freguesia de S. Miguel D'Acha e para todo o nosso concelho.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente de Junta de Freguesia, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado António Lisboa que disse que “O assunto sobre o qual vou falar certamente que é do conhecimento dos senhores deputados municipais e não só, pois trata-se da Capela de Nossa Senhora de Fátima. A Capela de Nossa Senhora de Fátima surgiu da vontade de ter no Centro Nacional de Atividades Escutas /CNAE) sediado no Monte de Trigo na freguesia de Idanha-a-Nova, uma capela aquando da realização do XXIII Acampamento Nacional de Escuteiros Católicos Portugueses, que envolveu cerca de 22 000 participantes, e para se juntar às demais construções definitivas que este centro escutista dispõe, dado que aquando da realização dos XXI e XXII ACANAC's as capelas foram improvisadas.

A localização escolhida é privilegiada, numa área de planalto, central no CNAE, em ambiente rural e natural, com um sistema de vistas extraordinário, que impulsionou a conceção do edifício. A vivência espacial inicia-se com o percurso de acesso à capela, um momento de passagem gradual para o ambiente mais recolhido deste recinto, criado por uma divisória em postes de madeira tratada, suficiente para delimitar o espaço, mas propositadamente aberta, mostrando uma capela disponível para todos os que passam. A coroar a entrada, pregão da vida do povo cristão, um sino, alusivo ao Corpo Nacional de Escutas e ao XXIII Acampamento Nacional. A inspiração para esta construção, dedicada a Nossa Senhora de Fátima, nasceu do âmago da experiência escutista: a vida ao ar livre, o acampamento, a tenda, a sobriedade e simplicidade das construções e estilo de vida. Também as extremas do edifício, de forma pontiaguda, fazem uma alusão ao lenço escutista, símbolo da promessa e compromisso neste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 8 DE 29-09-2018

movimento. Pensou-se a capela como uma grande tenda, de portas abertas a todos, e em todos os momentos. Um ponto de acolhimento, abrigo e encontro. A sua forma muito simples, semelhante a uma tenda canadiana, estabelece-se em duas águas, que se moldam à utilização dos seus visitantes. A estrutura aproxima-se às pessoas na zona da entrada, onde o volume é mais baixo e mais estreito, mais próximo da escala humana, e alonga-se para a frente e para o alto, elevando o utilizador para algo superior, com uma paisagem deslumbrante como pano de fundo, que amplifica estas sensações. O espaço envolve, acalma, e convida-nos a contemplar a imensidão da paisagem. O contexto intimista do local alia-se ao espírito escutista e cristão de comunhão com a natureza. A orientação Nascente / Poente da capela potencia que o nascer do sol ilumine o seu espaço interior, mas é ao pôr-do-Sol que se usufrui de uma imensidão de cores, tons e ambiências, que envolvem o olhar e legitimam também toda a composição arquitetónica. No outono e inverno, a luz, mais crua, destaca a tranquilidade do local, e a simbiose de desadorno entre o edifício e a paisagem. O ponto de entrada, onde o edifício se assemelha ao lenço escutista, e à forma como este assenta no pescoço, é também marcado pela presença da água, que aqui “nasce”, formalizando um início, que convida à entrada na capela e no Mistério que celebra, evocando a longa e rica simbologia bíblica e litúrgica. A água atravessa todo o espaço da capela, num caminho que se desenvolve até ao altar – lugar central de qualquer espaço celebrativo cristão – e posteriormente para a paisagem, encaminhando o utilizador para a cruz, que fora da capela, no mesmo alinhamento, pontua a paisagem e consolida a sensação de amplitude e projeção para o Divino.

A estrutura de madeira e zinco confere um aspeto exterior simples e protetor ao templo, e um ambiente confortável e acolhedor no interior, onde a estrutura de 12 vigas, numa alusão aos Apóstolos, foi deixada à vista, mostrando a verdade e simplicidade construtiva. Com um comprimento total de 12m, a estrutura atinge o seu ponto mais alto aos 9m, após o Altar, onde o elevar da viga principal aumenta a profundidade do espaço e destaca este ponto sacro. Toda a estrutura é ligada ao chão através de rótulas metálicas. Os materiais escolhidos integram o edifício na envolvente, na prática escutista, e no conceito arquitetónico. A madeira é um material muito utilizado pelos escuteiros nas suas construções. É um material natural e tradicional, que confere solidez e conforto. O zinco, material também tradicional, aqui eleito pelas suas excelentes qualidades de estanquicidade, e também pela sensação de proteção que confere. O altar, a fonte e o caminho de percurso da água, são elementos fixos do edifício, e são constituídos em pedra, material natural e nobre. A cátedra, o ambão, o suporte do círio, a base da imagem de Nossa Senhora de Fátima e os bancos da assembleia são móveis, feitos em madeira maciça, trabalhada de forma simples, quase tosca, depurada de acabamentos adicionais, deixando a função sobrepor-se à decoração.

A capela está ao serviço da comunidade escutista, e permite que em celebrações para maior número de pessoas a assembleia possa ficar no exterior, ficando o celebrante virado para a paisagem, passando desta forma a capela a funcionar como um Altar. Este é um lugar espiritual, uma existência simples, sagrada, que convida a recolher, em diálogo pessoal, em encontro com a fé, e a voltar a olhar para a frente, para um horizonte mais alto.

A Capela cujo projeto é da autoria dos arquitetos Helena Vieira e Pedro Ferreira, antigos escuteiros, do ateliê Plano Humano Arquitetos, foi inaugurada no dia 31 de julho de 2017, início do XXIII ACANAC e teve uma grande divulgação e destaque através dos blogs de escuteiros, bem como em diversas publicações e prémios nacionais e internacionais de design e arquitetura.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 8 DE 29-09-2018

Também é de realçar o papel do Município de Idanha-a-Nova nesta notoriedade da Capela, ao colocar na sua página do sítio da Internet a referência à Capela e Nossa Senhora de Fátima, nomeadamente a publicitação dos prémios internacionais conquistados e que deu grande projeção que trouxe até ao local dois canais de televisão que em horário dito nobre transmitiram reportagens sobre a capela.

A Capela tem tido muita aceitação não só pelos escuteiros, seus primordiais destinatários, mas também pela comunidade em geral, nacional e internacionalmente, estando a colher muito apreço também no campo da arquitetura, com atribuição de diversos prémios, destacando-se os recentemente atribuídos Architizer A+Awards

A Capela de Nossa Senhora de Fátima, em Idanha-a-Nova, no campo nacional de atividades escutistas, ganhou três galardões nos prémios internacionais Architizer A+Awards.

A capela cujo projeto é da autoria do ateliê Plano Humano Arquitetos, como anteriormente referi, competia ao lado de nomes da arquitetura mundial como o Studio Libeskind e Mayu Architects. Finalista em duas categorias, recebeu o prémio do júri e o prémio do público na categoria Cultura - Edifícios Religiosos e Memoriais e o prémio do público na categoria Arquitetura em Madeira.

Os Prémios Architizer A+ são promovidos, a nível mundial, numa plataforma *online* que tem a sua sede em Nova Iorque e visam celebrar e divulgar a melhor arquitetura do ano. O prémio do júri foi atribuído por um júri composto por nomes ilustres da área da arquitetura, do design e das artes, enquanto o Prémio Votação Popular resultou das escolhas do público que visita o sítio na Internet, numa audiência superior a 400 milhões de pessoas.

De realçar que o projeto da Capela é finalista aos prémios WAF - World Architecture Festival Awards 2018, nas categorias "Religião - Edifícios Construídos" e "Pequeno Projeto do Ano".

O ateliê Plano Humano Arquitetos integra a restrita shortlist dos Prémios do World Architecture Festival 2018 (WAF), o maior evento internacional de arquitetura, que reúne anualmente profissionais de todo o mundo, e que este ano decorre nos dias 28, 29 e 30 de Novembro na cidade de Amesterdão.

O projeto da Capela de Nossa Senhora de Fátima, figura na shortlist de duas categorias: "Religion - Completed Buildings" e "Small Project of the Year". O projeto irá agora competir pelo prémio final nas duas categorias em que está nomeado, e para isso terá que ser apresentado a um júri internacional, durante os dois primeiros dias do festival. No terceiro dia, os vencedores das categorias, terão que apresentar o projeto novamente a um "super-júri" que decidirá sobre os dois projetos que serão nomeados World Building or Future Project of the Year.

O júri internacional é composto por mais de 130 arquitetos e críticos reconhecidos internacionalmente, que representam 35 países, como Nathalie de Vries, cofundadora do gabinete Holandês MVRDV, Viviana Muscettola, Diretora Associada dos Zaha Hadid Architects, ou Odile Decq, arquiteta distinguida, entre outros, com Leão de Ouro na Bienal de Arquitetura de Veneza de 1996 e fundadora do gabinete Francês, Studio Odile Decq.

Na shortlist divulgada, e entre as diferentes categorias encontram-se ateliês internacionais como os Zaha Hadid Architects e Foster + Partners.

De realçar que o projeto da Capela de Nossa Senhora de Fátima está entre os projetos selecionados para os Prémios do World Architecture Festival 2018, onde estão também a concurso mais oito projetos, todos eles megalómanos, e que estão instalados em Ancara (Turquia), Phetcharbun (Tailândia), Teerão (Irão), Istambul (Turquia), Sidney (Austrália), Kampur (Índia), Singapura (Singapura) e Londres (Inglaterra).

Prémios de arquitetura - Cronologia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 8 DE 29-09-2018

26 de Março de 2018 | World Architecture Community Awards 2018 Vencedor do Prémio World Architecture Community Awards 2018, na categoria Edifícios Públicos

19 de Abril de 2018 | Prémio “Inovação na Construção 2018”

Vencedor do Prémio “Inovação na Construção 2018” na categoria Projecto, promovido pela revista Anteprojetos e revista “O Projectista

26 de Junho de 2018 | World Architecture Festival Awards 2018

Finalista aos prémios WAF - World Architecture Festival Awards 2018, nas categorias "Religião - Edifícios Construídos" e "Pequeno Projeto do Ano".

30 de Junho de 2018 | Archizinc Trophy 2018

Menção Honrosa no Archizinc Trophy 2018, na categoria Edifícios Públicos

30 de Julho de 2018 | Architizer A+Awards 2018

Vencedor nos prémios Architizer A+Awards 2018, nas categorias “Religious Buildings & Memorials” e “Architecture +Wood”. Por tudo isto e por termos no nosso município uma infraestrutura conhecida mundialmente e por tudo aquilo que estas referências podem trazer ao nosso concelho, e digo isto porque muitos são aqueles que, de propósito ou em viagem, se deslocam ao CNAE para conhecerem in loco este monumento tão simples mas que ao observá-lo tanto magnânimo se transforma, quero, em meu nome pessoal primeiro porque sou idanhense e segundo porque sou escuteiro, e também em nome do Corpo Nacional de Escutas agradecer ao senhor Presidente da Câmara pelo apoio dado aos escuteiros, e também aos seus colaboradores pelo trabalho de divulgação feito através do sítio da internet do Município.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “ senhor Presidente eu venho falar de três ou quatro assuntos, e eu sei que me pediram lá fora para ser breve porque há gente que se quer deslocar a outro lado. Vou tentar fazê-lo apesar de não ter sido convidado. Há por falar em convites senhor Presidente e já agora que vem a talho de foice, porque é que os eventos que são patrocinados pelo Município de Idanha-a-Nova porque é que nós não somos convidados para eles e nem sequer informados. Então nós andamos sempre com coisas, como a Feira Raiana e não temos um convite para ir lá, não somos informados do programa, não recebemos documentação nenhuma? Mas já recebemos, e depois podem dizer que eu não recebo, e não sei se os outros senhores deputados recebem, mas eu não recebo porque não tenho mail e não sou obrigado a ter mail porque decorre da lei, mas se me telefonam ou me deixam mensagens para me darem informações sobre determinadas situações do município, utilizem o mesmo princípio que eu não me importo, eu tenho é que receber esses convites porque eu não posso ser excluído, já bem basta vir aqui e ser confrontado com situações em que os senhores deputados vêm aqui falar em futurologia, no que vai acontecer no futuro. Eu recebi a informação do que aconteceu no passado! Eu sobre o futuro não sei e portanto venho aqui e estou desarmado. Gostaria também previamente vir aqui e dizer vai aqui haver qualquer coisa no futuro e também quero ser parte interessada, porque sou a parte interessada, mas os senhores não informam. Não convidam, não informam, portanto quer dizer que nós somos postos de parte, pelo menos alguns, porque alguns recebem convite, mas eu não recebo senhor Presidente. Recebo informações de outras coisas onde o senhor sabe que eu participo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 8 DE 29-09-2018

Posto isto, vamos falar de limpeza de valetas, como sabem eu falei aqui no passado e recebi simpaticamente a em formato digital por parte do município e agradeço naturalmente essa informação, mas gostava de chamar à atenção para a forma como é feita a limpeza das valetas e das bermas. Quando se limpam as bermas da estrada, seja por quem for que o faça, corta-se toda a vegetação que aí está e essa vegetação depois muda de nome, chama-se combustível porque fica lá. Portanto atentamente temos que ver como é que é feito porque isso não vai alterar em nada, porque ainda por cima é transportado para outros lados e vai aumentar a possibilidade de espalhamento do fogo. Queria falar-lhe de uma coisa que tem a ver com uma casa no Ladoeiro em que a ação social foi feito, era um senhor acamado e a casa ao lado deixava passar água e para ser rápido e não estarmos aqui a personalizar as coisas, na realidade a câmara interveio através do gabinete da ação social, penso, e demoliu a casa que estava ao lado. Acontece porém que ao demolir a casa, como sabem acontece muitos nas nossas povoações, as paredes são partilhadas entre casas contíguas, o que quer dizer que aquilo carece de mais algum tipo de trabalho porque se, por ventura está num ponto mais alto, como é o caso, a terra que fica é um foco de infiltração. O acamado estava encostado à parede que agora infiltra, não só por cima mas também por baixo e já agora convinha tapar os buracos que ficam na casa porque os barrotes entram nas paredes meieras e depois quando se tiram fica lá um buraco. Já agora façam o serviço como deve ser e tapem o buraco porque agora além de entrarem bichos chove diretamente lá dentro. O gabinete da ação social atuou muito, mas muito, tardiamente, mas atuou e tem que atuar e atuar bem, e atuar bem é acabar o trabalho, seja através da Junta ed Freguesia, seja lá de quem for, e eu aqui não tenho que me dirigir à Junta de Freguesia, tenho que me dirigir ao gabinete de ação social.

O senhor deputado João Geraldês veio aqui falar da tomada de posse há um ano e veio falar da futurologia em novembro, eu não sei de nada, como já disse antes, sei é uma coisa, é que o governo do PSD/PP não fez só isso nos comboios, foi também esse governo que atuou após o governo do partido socialista ter deixado o país como estava. Portanto, é netas situações que convém estarmos a falar, não foi este governo que o colocou, foi esse governo que o tirou daquela situação, permitindo ao atual governo estar a governar com as benesses todas que está a dar, mas vamos ver até quando.

Senhora deputada Joana Rossa foi muito agradável ouvir a sua intervenção de divulgação dos meios que pode haver para efetivamente melhorar o nosso parque habitacional. Portanto seria muito importante que no futuro houvesse documentação que pudesse facultar ao grupo municipal do PSD.

Senhora deputada Maria de Lurdes Boavida eu, com toda a franqueza, sobre tudo o que tem a ver com descentralização, como sabem foi uma iniciativa também do PSD e que está neste momento muito parada porque não tem havido por parte do governo a resposta adequada para ser mais conseqüente e para se passar a situações concretas. Do atual governo, por acaso também é sustentado pelo partido que a senhora aqui representa, portanto haverá que todos trabalharmos no mesmo sentido para conseguir os melhores objetivos.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Miguel D'Acha, foi com muita preocupação que ouvi aquilo que o senhor aqui veio dizer e o senhor contará com o nosso apoio sempre para defender os interesses das crianças, quer sejam da sua freguesia, quer sejam de outra freguesia qualquer e como sabe sempre estivemos desse lado e é natural, nós preocupamo-nos com eles apesar de não votarem, portanto há outras prioridades para outras pessoas.

Senhor chefe Lisboa, pois foi assim que eu tive o privilégio de visitar essa construção com a sua companhia, é naturalmente um prazer podermos falar de uma construção aqui feita da forma como o senhor aqui tão bem explicou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 8 DE 29-09-2018

com a projeção internacional que teve, projetando também o concelho e reparem bem, é que para o evento dos escuteiros virem cá não houve ainda a preocupação de fazer um estudo de impacto económico. Toda a gente sabe que é ótimo termos cá os escuteiros. Senhor Lisboa, mais uma vez os parabéns pela construção, e espero que os escuteiros vejam em breve a sua sede em Idanha com obras, e não sei em que pé estão, mas prometo trazer este assunto proximamente depois de fazer uma visita e ver como é que estão as coisas.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “ começo por responder ao senhor deputado João Geraldês que me colocou a questão sobre a descentralização e essa questão foi aqui colocada por outras intervenções, nomeadamente a senhora deputada Maria de Lurdes Boavida, e dizer-lhes que de facto o processo da descentralização está a decorrer e eu tenho participado enquanto conselheiro da Associação Nacional de Municípios Portugueses em várias reuniões e este é um processo no qual grandes parte dos presidentes de câmara deste país, nomeadamente do conselho diretivo da ANMP e também da ANAFRE estão muito esperançosos neste processo e no diálogo que tem havido com o governo, e o governo que tem feito também com outros partidos como é o caso do PSD, e também dos outros partidos, mas com o PSD tem sido mais intenso dado que há um acordo para que a descentralização e alguns trâmites da descentralização possam ocorrer. Este é um processo a nível nacional muito importante e muito complexo, não é um processo fácil, o objetivo é excelente que é colocar próximo dos cidadãos muitos dos serviços do estado, serviços para nós importantes como as questões da saúde, da educação, da segurança, serviços que tocam em todos nós e que em diferentes regiões do país, nomeadamente em territórios do interior, até pela distancia da administração central este processo pode ser muito importante para contribuir também para contrariar o despovoamento dos territórios e que assola dois terços do país. Portanto este processo está a decorrer e temos estado a discutir e a acompanhar com vários membros do governo que estão muito interessados, até porque estes membros do governo já foram presidentes de câmara, conhecem as realidades próximas dos cidadãos e portanto o que vos posso garantir daquilo que eu conheço do processo é que é um processo que todas as pessoas envolvidas estão de uma forma honesta e a tentar encontrar o melhor para as nossas populações. O objetivo é esse, que possa haver serviços que possam ser descentralizados para as câmaras municipais e para as juntas de freguesia e que isto possa ser acompanhado dos recursos financeiros que são importantes para que essa função seja bem feita e também na ótica de que das camaras municipais e das juntas de freguesia estando mais próximas dos cidadãos podem melhor rentabilizar os recursos da administração pública. Este é o processo e portanto é no qual eu me sinto bem s sabemos que não sendo fácil, a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova e eu próprio quero propor à câmara e se tiver que vir à assembleia e discutir, e gostaríamos de o discutir obviamente com a assembleia e com as juntas de freguesia, possamos trazê-lo porque a câmara de Idanha conhecendo este processo e a honestidade das pessoas que estão envolvidas queremos estar com ele e vamos estar com ele. Isto é o que posso dizer, ainda não há nada de concreto, falou-se numa data de 15 de setembro, que obviamente não poderia acontecer porque ainda não tinham saído um conjunto de diplomas que concretamente definem como é que os processos de descentralização podem acontecer e aquilo que vos posso dizer é que é provável que este ano ainda saia algo, não compromete nada as câmaras municipais e as juntas de freguesia, quando as câmaras e as juntas de freguesia quiserem comprometer-se será sempre para o ano a seguir e durante os próximos anos, ano após ano, vamos ficando com alguns destes serviços e que depois haja uma comissão de acompanhamento que vá corrigindo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 8 DE 29-09-2018

quando se percebe, por exemplo, que os recursos que são enviados para as câmaras ou juntas de freguesia não são suficientes para exercer aquela função.

A senhora deputada Joana Rossa falou sobre um processo que a câmara de Idanha tem investido muito, que é a questão de reabilitação urbana. Hoje está na ordem do dia no país, é também uma estratégia muito forte deste governo, com a qual concordamos, e a câmara municipal no âmbito do quadro comunitário que está a decorrer nós sempre nos debatemos contra os critérios que foram definidos em termos de reabilitação urbana, porque beneficia essencialmente as grandes cidades. E reabilitação urbana para nós é onde há espaços urbanos, seja nas áreas rurais, seja nas áreas urbanas de cidades de média ou grande dimensão. As problemáticas são diferentes mas nós não deixamos de ter áreas urbanas que é importante reabilitar e criar condições para que os cidadãos reabilitem, aliás entendemos que promovendo a reabilitação nos espaços urbanos das áreas rurais estamos também a contribuir para contrariar o despovoamento, não só das pessoas que vivem e que têm condições para reabilitar, mas também as gentes da nossa diáspora que herdaram património da família e que podem assim em boas condições poderem recuperar o seu património. Para isso nós criámos aqui um conjunto de instrumentos, aos quais ninguém nos obrigava a ter que fazer, mas é para nós estratégico, foram as áreas de reabilitação urbana, e como sabem abrangeu todas as localidades do concelho de Idanha e agora estamos a fazer os planos de ação de reabilitação urbana de todas as nossas localidades. O que é que são estes planos de ação? São exatamente dizermos o que é que nós propomos em termos de recuperação do espaço público, mas também estes planos de ação é que vão permitir que os cidadãos, como a senhora deputada aqui o disse, possam usufruir de programas como é o IFRU, mas também de outros programas que a administração central hoje está a dar de isenções, por exemplo do IVA quando se está a fazer reabilitação urbana, ou de isenções fiscais para quem faz reabilitação urbana. E nós também estamos a definir um conjunto de pacotes que no âmbito da fiscalidade e naquilo que a câmara municipal é possível fazer, e neste processo de descentralização é algo pelo qual nos temos batido para que as câmaras municipais possam também tomar medidas para beneficiar quem reabilite e aqueles que não reabilitem possam ficar, obviamente, com os impostos mais agravados por não reabilitarem o seu património. Não vão ficar mais prejudicados que o normal, os que reabilitem é que vão ficar beneficiados. Não é um processo de discriminação negativa, é um processo de discriminação positiva. Este é um processo que o estado está a acompanhar e que nós, a nível municipal também queremos acompanhar e estamos também a fazer um acordo com algumas entidades a nível nacional, com as quais temos tido algumas conversações para que materiais de construção possam estar, no âmbito destes planos de ação, disponíveis a melhores preços para quem faz a reabilitação. Portanto é um conjunto de medidas que iremos anunciar em breve no seguimento dos planos de ação que estamos a desenvolver para disponibilizar aos nossos concidadãos e aí sim também vamos seguir, e já falamos com alguma banca que tem a gestão do IFRU para que depois possamos sessões de esclarecimento, não só sobre os produtos que a banca tem, mas com todas estas medidas de incentivo à reabilitação urbana.

O senhor deputado João Cabral falou sobre a questão das garraizadas em Idanha-a-Nova e é evidente que esta é uma iniciativa que tem sempre grande sucesso a nível da participação do público e quando chega o verão geralmente há sempre alguma crítica porque não fazemos a iniciativa, ainda não começámos a fazer a iniciativa e um mês antes começam logo a dizer-nos que *“já ouvimos dizer que não vão fazer esta iniciativa”*. Obviamente que é feita e já tentámos faze-la a praça de touros mas não é a mesma coisa porque o público não adere como adere no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 8 DE 29-09-2018

local habitual e esta é a única iniciativa que fazemos no concelho de Idanha em que não é necessário fazer nenhuma publicidade e se começamos a fazer a montagem das infraestruturas na sexta-feira e a garraiada é nessa sexta-feira à noite o local está cheio de público. Portanto, obviamente, vamos ao encontro daquilo que as gentes de Idanha quer, é uma tradição que tem sempre muita participação. Todos os anos temos a preocupação de tentar minimizar alguns efeitos negativos que obviamente acontecem por acontecer ali esta atividade. Com a questão dos bombeiros não fazemos nada que não seja em colaboração para não prejudicar qualquer ação que aconteça, mais, até temos tido a colaboração dos bombeiros com os equipamentos que têm e fruto dos protocolos que temos em conjunto são eles que no próprio dia em que acontecem as garraiadas que regam sempre toda a zona em que se realiza a atividade, de maneira a não causar esse prejuízo, razão pela qual também fechamos o espaço porque passando as viaturas o pó era de facto insuportável e fechando não impedimos que a circulação durante o mês de agosto possa acontecer na mesma naquele espaço. Quanto ao ruído, obviamente as licenças que nós temos é até horas que são compatíveis e são inerentes também ao período de agosto pelo todo o concelho de Idanha, e aliás aqui há pouco falava-se da limpeza das nossas freguesias e que no mês de agosto é muito difícil fazer e, obviamente, em conjunto teremos que encontrar melhores soluções, e este ano tivemos aqui várias reuniões com a VALNOR, e as infraestruturas que a VALNOR, que é uma parceira nossa, tem uma procura imensa por todo o lado, temos o concelho e toda a região do interior cheia de gente e tem causado transtornos grandes mas estamos conscientes disso e com a VALNOR temos tentado encontrar soluções para melhor responder e essas soluções têm que passar também pela colaboração dos nossos municípios que cada vez mais vamos ter que, e não é nada que aconteça noutras localidades da Europa e do mundo, que é disciplinarmos às vezes um pouco os dias em que se despeja o lixo para que nós muitas das vezes recolhemos o lixo e passado uma hora já estão os caixotes cheios outra vez, fruto de muita atividade e ficamos satisfeitos por isso, mas temos que conseguir encontrar em conjunto, também algumas regras para que todo este processo possamos geri-lo melhor, mas não deixa de ser uma preocupação que aqui foi falada pela deputada Maria de Lurdes com pertinência e que é um problema que todos sentimos existir e para o qual temos que encontrar soluções e queremos encontrar soluções. Incluindo os processos de reutilização e reciclagem.

Ainda em relação à questão da garraiada e da iluminação do local é algo pertinente e que temos que resolver porque não faz sentido estar ligada sem utilização e estarmos a pagar esse consumo, mas acabar a garraiada é algo que não pensamos acabar, mas iremos encontrar soluções que possam minimizar o que causa de negativo às pessoas, nomeadamente aos residentes no local.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Miguel D'Acha veio aqui colocar uma questão sobre a educação para mim estranha sobre aquilo que disse e estava aqui a senhora Vice-Presidente da Câmara que tem o pelouro da educação e à qual eu pedi informações. As minhas instruções senhor Presidente de Junta são claras, e não vou dizer que os nossos serviços não cometam erros, só não comete erros quem não trabalha, e todos sabem aqui que se alguém tem lutado pela educação neste concelho, não só em não fechar escolas como abri-las, tenho sido eu e posso-lhe garantir senhor Presidente de Junta, o jardim-de-infância da S. Miguel D'Acha ainda está aberto porque eu não deixei que fechasse e disso pode ter a certeza e escreva isso que eu lhe estou a dizer agora, porque o número de alunos que tivemos, e não é este ano nem é com este governo, mas o governo anterior que nos fechou Monsanto tinha fechado o jardim-de-infância de S. Miguel D'Acha e só não fechou porque eu me opus, mas se o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 8 DE 29-09-2018

tivessem fechado continuavam a ter-me à pega, mas eu vou dizer-lhe quais é que são as instruções que tenho aqui nos serviços e como digo, já detetamos situações anómalas, situações que não estavam a correr de acordo com estas instruções e reverteram, assim como vai reverter, e aquilo que disse tem razão, duas crianças que são transportadas uma de Aldeia de Santa Margarida e outra de S. Miguel que vêm para o jardim-de-infância ed Idanha contrariamente às minhas instruções. Portanto vamos reverter isso porque as minhas instruções são claras, nós damos apoio no transporte das crianças de todo o concelho desde que nesse local não haja oferta educativa, há três crianças que vêm para o berçário de Idanha e transportadas por nós porque não há essa oferta educativa, ainda, naquela parte do concelho. E como sabe temos como estratégia abrir o berçário, creche e o primeiro ciclo em S. Miguel D'Acha e isso é uma conversa que estou a ter com o Ministério da Educação e até vamos transportar crianças que os pais nos pediram e escolheram concretamente S. Miguel D'Acha pelas condições que estamos a criar e portanto vamos até transportar crianças num projeto educativo que estamos a fazer e que queremos fazer diferenciador para S. Miguel D'Acha para abrir a escola do berçário, da creche, jardim-de-infância e primeiro ciclo. Portanto vou-lhe dizer senhor Presidente de Junta essas questões que colocou e que para mim eram estranhas e já me informei, vão ser revertidas, mas os pais têm sempre o direito de escolher a escola que quiserem, mas nós vamos dar apoio e se tivermos uma escola em S. Miguel D'Acha não vamos pagar o transporte para Idanha ou para Monsanto. Isso é um problema deles a câmara não vai pactuar com isso.

Por último respondendo ao senhor deputado Paulo Batista, as obras que referiu que decorreram no Ladoeiro são efetivamente obras do gabinete de ação social, são obras coercivas do nosso gabinete de urbanismo e são casas que são identificadas, embora que o gabinete de ação social possa acompanhar porque há algumas pessoas, e neste caso ao lado, a viver com algumas dificuldades, mas as obras ao lado são de um proprietário que estando a casa degradada nós tivemos que tomar posse administrativa da casa para depois fazer obras coercivas. Obviamente as obras que estão são feitas, são aquelas que o gabinete técnico entende que devem ser feitas para minimizar estes efeitos, mas neste caso são duas obras coercivas em casas diferentes que decorreram em dois tempos diferentes e o processo das obras coercivas é demasiado longo mas lá estão as obras feitas mas vou atender também aquilo que disse para transmitir ao nosso gabinete técnico dizendo que na sua opinião ainda pode ser melhoradas as condições para não afetarem o vizinho do lado e além do mais as obras foram feitas na perspetiva de que a casa degradada afetava o vizinho do lado. Quanto *à comunicação foi falar com o meu gabinete para que sempre que houver alguma situação lhe possam mandar por mensagem telefónica para que não se sinta excluído dos convites que fazemos a todos os outros membros da assembleia e tem toda a razão ao não querer ter mail, mas creia também que hoje nós temos que estar ligados às novas tecnologias e é aquilo que nós fazemos, mas vou transmitir ao meu gabinete para que na sua exceção de cidadão que não quer ter mail possamos receber as informações por outra forma. Quanto à futurologia, mais uma vez como não tem acesso a estas novas formas de comunicação, esta semana no dia mundial do turismo nós comunicámos exatamente todas estas ações, portanto não foi uma informação privilegiada do deputado João Galdes, portanto comunicámos e foi público a nível nacional esta futurologia. É evidente que é difícil enviarmos toda esta informação via mensagem telefónica e por isso entenda que por telefone nem sempre é fácil enviar toda a informação, mas tudo o que for possível mandaremos.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia disse que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 8 DE 29-09-2018

“queria fazer referência a dois assuntos que se prendem também com as intervenções dos senhores deputados, nomeadamente da questão do centro de saúde de Idanha que provavelmente pelas piores razões foi notícia de televisão. Felizmente para mim, e felizmente porque não tenho precisado desse serviço, não sou um cliente assíduo do centro de saúde de Idanha, mas as vezes que lá tenho ido não tenho absolutamente razão nenhuma de queixa quer do funcionamento do centro de saúde quer das instalações. Não são instalações de luxo, é verdade, o centro de saúde faz parte do serviço nacional de saúde, mas são instalações dignas de quem as frequenta no tempo que estará obviamente à espera. Estranhei muito essa intervenção televisiva que eu considero extemporânea mas é uma manifestação de um utente do serviço público.

Em relação à questão da descentralização eu queria deixar aqui uma nota aos senhores presidentes de junta que possam não ter conhecimento da lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para entidades intermunicipais foi aprovada no dia 18 de julho de 2018 pela Assembleia da República com os votos favoráveis do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, é a lei número 50/2018 e foi publicada no Diário da República do dia 16 de agosto de 2018 e eu entendo que as juntas de freguesia vão ser beneficiadas com este tipo de transferências e entendo que os senhores presidentes de junta e os interessados, obviamente, deveriam ler a lei, mas eu passo a ler, muito rapidamente, uma missiva que o senhor Ministro da Administração Interna enviou aos presidentes das assembleias municipais. *“Lei-quadro de transferências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais aprovada pela lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, dá início ao maior processo de descentralização autárquica da democracia portuguesa. Esta lei quadro marca o arranque de uma reforma gradualista que vem concretizar o alargamento de competências municipais num vasto leque de áreas até 2021 com o consequente reforço financeiro.*

A nova lei de finanças locais implicará um reforço financeiro significativo assim como a previsão de todos os mecanismos de financiamento necessários ao aumento da participação das autarquias nas receitas públicas e previsão dos recursos financeiros para que estas possam exercer mais competências.

O orçamento de estado para 2019 vai igualmente contemplar um incremento significativo das transferências para as autarquias locais.

Conforme resulta do número um do artigo 4.º em conjugação com o número um do artigo 44.º, ambos da lei-quadro, a transferência de novas competências a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos são concretizadas nos termos dos diplomas legais do âmbito setorial de cada uma das áreas a transferir. Os referidos diplomas encontram-se em processo legislativo e prevê-se a respetiva aprovação nas próximas semanas.

Assim a adesão dos municípios às novas competências só se poderá efetivar após a publicação dos diplomas setoriais respetivos em respeito pelo princípio de gradualismo estabelecido na lei, os municípios terão até 2021 para se prepararem para assumir as novas competências.

As notícias vindas a público sobre deliberações de órgãos autárquicos relativamente à opção pelo não exercício de competências em 2019 são extemporâneas e destituídas de qualquer valor jurídico.

As autarquias locais e as entidades intermunicipais consideram-se dispensadas de comunicação de deliberações à Direção Geral das Autarquias Locais até ao momento em que os diplomas legais de âmbito setorial estabeleçam os termos e os prazos para a concretização das transferências das novas competências, ainda em 2019. O governo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 8 DE 29-09-2018

manifesta mais uma vez a confiança na capacidade das autarquias locais para assumirem as novas competências e funções que estão previstas neste processo de descentralização numa lógica de proximidade e de subsidiariedade da gestão dos recursos públicos.

O governo manifesta ainda total disponibilidade para esclarecer e apoiar os eleitos na concretização desta reforma.”

Terminada a discussão do período antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão dos assuntos inseridos no

PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

PONTO NÚMERO UM – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, E SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO 1.º SEMESTRE DE 2018 – O senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra. Terminado o mesmo o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “ senhor Presidente da Câmara, ainda referente à sua intervenção anterior, o senhor Presidente está a brincar com uma coisa, porque o senhor acha que eu vou ir a um facebook, e para isso terei que ter um facebook e participar dessa comunidade, coisa que não tenho que fazer de forma alguma para ter acesso à informação da câmara. O senhor está a esquecer-se que nós exercemos funções nesta câmara e exercemos funções fiscalizadora, portanto nós estamos aqui e temos um estatuto especial que nos permite receber informação e estar aqui a representar os interesses dos munícipes deste concelho. Portanto o mínimo que se pode exigir é que tenhamos acesso a essa informação antes de ser do domínio público, através de uma situação de conectividade de ligação chamada facebook como há outras. Aqui a situação é que eu me recuso a ter um mail de acesso à câmara municipal para me dar documentos, é uma coisa diferente. O senhor tem toda a informação que tem que vir, e o senhor Presidente da Assembleia Municipal sabe-o bastante bem, tem que vir por correio para a minha morada, foi assim que eu fui eleito, é assim que eu sou convocado, portanto a forma de me convocar é essa, a forma de enviar a informação é essa. A única coisa que eu lhe vim aqui dizer, e o senhor sabe isso muito bem, é que poderá fazê-lo e se o não quiser fazer assim ou não tiver possibilidade de o fazer, o gabinete da Assembleia Municipal ou o gabinete da câmara poderá enviar essas informações precisamente por telefone como o faz algumas vezes, falando de outras coisas que não têm a ver com estes eventos patrocinados pela Câmara Municipal.

Relativamente à questão da ordem do dia, senhor Presidente mais uma vez venho chamar à atenção, e neste caso refiro-me ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, ao prazo de pagamento e quero que todos tenham bem ciente que o prazo de pagamento neste momento é de 40 dias, já estive em 42. A execução da Câmara Municipal em termos de capital tem um nível de execução baixo, de 34,87%, e a execução das grandes opções do plano e do plano plurianual de investimentos e das atividades mais relevantes é baixo, aliás como reflete o próprio relatório que acompanha, relatório esse que é um relatório independente, como também refere o relatório do auditor externo sobre a situação económica e financeira.

Agora há aqui umas coisas relativas a aquisição de bens e serviços que gostaria de chamar à atenção e de pedir alguns esclarecimentos. Há aqui uma aquisição de serviços de aquisição de furos de pesquisa e de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 8 DE 29-09-2018

captação de água subterrânea no concelho de Idanha-a-Nova e gostava de saber aonde é que são e a que se destinam. Temos aqui uma aquisição de serviços para a concessão gráfica e de conteúdos para a edição da revista Adufe e depois temos a impressão gráfica da edição da revista Adufe N.º 26. Quer dizer, a concessão gráfica é mais cara do que a impressão gráfica e falamos em trinta mil euros para produzir uma revista. Eu gostava de um dia destes saber que havia aqui alguém, que não um navio fantasma como a comunicação contra a qual eu nada tenho, mas alguém na Câmara Municipal que pudesse fazer isto e nós poderíamos então poupar metade desta verba. Depois está aqui uma aquisição de serviços para a elaboração de plano estratégico de reabilitação urbana e é contratada uma empresa e eu gostava de saber se a câmara não tem capital humano e técnico que possa fazer isto. Depois há aqui uma aquisição de serviços para a celebração de contrato em modalidade de avença para consultadoria jurídica e patrocínio judiciário, a verba é elevada, setenta e dois mil euros, e eu não sei se são muitos trabalhos ou esta gente cobra muito alto, mas de qualquer das maneiras seria interessante saber. Gostava de saber para que são os sanitários portáteis, parto do princípio que serão para os eventos vários e para as vastas festas que há no concelho, e se assim for é uma situação que está aqui justificada. Depois tem uma aquisição de serviços e locação para fornecimento para a recolha de resíduos sólidos urbanos produzidos no festival Boom de 2018 e chamo a atenção para esta verba de trinta e um mil euros e para aquilo que aqui já repetidamente foi falado sobre a limpeza de contentores nas nossas freguesias, o custo que isso pode ter para a aquisição de um equipamento próprio e quando se afetam este tipos de verbas para um evento em especial, dá-nos algo que pensar sobre a forma como são afetadas verbas para as várias freguesias do concelho.

Vamos adquirir 400 exemplares do livro “Sob o signo da Lua” de Valter Vinagre, isto é para quê? Se é para termos aí para oferecer às pessoas e se eu como não conheço o livro a culpa é minha. Depois temos uma aquisição de serviços para elaboração de estudo de impacto económico e social e na sustentabilidade do festival Boom no Município de Idanha-a-Nova. A empresa é muito conceituada, daí que se paga aquilo que se paga, mas qual é o propósito deste estudo de impacto económico e social e na sustentabilidade. Isto é desenvolvido por uma empresa privada e a sustentabilidade do festival Boom diz respeito a eles, o impacto económico e social será no Município de Idanha-a-Nova e isto é para quê senhor Presidente? Também temos aqui uma aquisição de serviços para especialização, promoção e divulgação da Baja TT. Eu chamo a atenção que isto são ações que devem ser promovidas pelos promotores, mas enfim deve haver algum tipo de associação que obriga a câmara a gastar essas verbas. Gostava de saber para que é este veículo ligeiro de passageiros no valor de setenta e quatro mil euros adquirido à Caetano, se é para por à disposição das escolas para saída, ou se porventura é para garantir transportes. Também queria saber uma outra coisa porque que é em que consiste este acompanhamento e monitorização do projeto Green Valey Food Lab no valor de quase vinte e seis mil euros. Queria também perguntar em que é que vai consistir a requalificação do Largo de Santo António já que a verba é quase cento cinquenta mil euros que vai ser gasta.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Maria d e Lurdes Boavida que disse que “ ainda na continuidade do assunto antes da ordem do dia, queria chamar a atenção outra vez para a descentralização. Eu não tenho presente se a descentralização foi começada pelo governo anterior e se foi continuada por este mas não é isso que está em causa, o que está em causa é a nossa preocupação numa descentralização bem pensada, bem sustentada economicamente,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 8 DE 29-09-2018

financeiramente e com pessoal competente para que realmente o nosso interior e os descentralizados entrem finalmente na centralização, mas com sustentabilidade. O senhor deputado Paulo Baptista quando falou que a minha força política apoiava o governo, não sei a que é que se queria referir, mas com vê a lei 50/2018 foi aprovada pelo PS e PSD, nem sequer o PCP esteve envolvido na aprovação da lei.

Sobre este ponto da ordem de trabalhos quero finalmente congratular-me pela obra coerciva que vai ser feita em Salvaterra do Extremo daquela casa que está lá sustentada por uma viga de ferro numa rua, proibindo a circulação a veículos e a pessoas. A requalificação do Largo de Santo António não diz onde é, ora eu vivo no Largo de Santo António em Salvaterra do Extremo e gostava de saber se é este o local.

Todas estas atividades que estão aqui referidas são atividades com verbas tão elevadas que nos leva a pensar se é tudo muito caro e portanto mais uma vez, não é despropósito, que nós temos a opinião de que a descentralização tem que ser bem sustentada economicamente, porque realmente as verbas são todas muito elevadas.”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado João Geraldês que disse que “ foi falado aqui há pouco sobre a futurologia ou informação privilegiada que eu poderia ter, eu não tenho esse dom de prever o futuro e a informação privilegiada também não tenho, o que tenho é, como deputado, interesse em saber o que é que vai acontecer no nosso concelho e quando se falou que no facebook não existia informação do futuro, e com razão, existe por exemplo no site da Direção-Geral da Agricultura esta iniciativa do dia 13 da estratégia nacional da agricultura. Isto já lá está na agenda deles e é um site que não é facebook, não é a Câmara Municipal, mas no site da câmara devem constar as iniciativas realizadas ou a realizar, por isso como deputado acho que devo preparar-me e ver os órgãos de comunicação social, internet, redes sociais, para ter informação para apresentar aqui.

O senhor deputado Paulo Baptista como empresário agrícola pensava que vinha falar não de futurologia, mas se gosta ou não destas iniciativas, se estas iniciativas têm sentido acontecer ou não no nosso concelho, se este é o caminho que o concelho deve seguir e se estes são os temas que devem ser prioritários para este executivo. Sendo o senhor deputado empresário agrícola gostava de ouvir a sua opinião acerca destas iniciativas, ou então, como ainda não foram feitas.

Em relação à atividade da câmara destaco o Boom festival, por ser talvez o único e dos poucos festivais no mundo que não tem qualquer tipo de patrocínio. Não tem a Galp, não tem a EDP, falo em grandes empresas. Trabalhando eu num órgão de comunicação social sei como é que as coisas se fazem e sei também que quando há patrocínios, quando há bilhetes dados aos órgãos de comunicação social, eu próprio já fui a grandes festivais de forma gratuita, os órgãos de comunicação social não falam mal desse festival, senão o que lhes acontece é que não há entradas gratuitas. Talvez fique um pouco triste com o destaque que se dá ao Boom festival muitas vezes é um destaque mais para o lado negativo do que para o lado positivo. O Boom festival trouxe ao nosso concelho pessoas oriundas de 147 países, mais de trinta e cinco mil pessoas, oito dias de música, convívio, palestras, meditação, sempre com foco na natureza e no planeta terra. No programa 5 para a meia-noite da RTP1 de Filomena Cautela, ela tem uma parte no programa em que faz perguntas diretas às pessoas que está a entrevistar e entrevistou duas pessoas em programas distintos, sendo que os entrevistados só poderiam responder às suas perguntas com uma só palavra. Entrevistou o Primeiro-Ministro, em que lhe perguntou se tinha ido ao Avante e ao Boom e ele disse que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 8 DE 29-09-2018

não, e entrevistou Assunção Cristas e disse-lhe o que é que ela achava do Boom e ela respondeu mau. Não sei se já participou alguma vez no Boom festival.

Senhor Presidente da Câmara vimos que alguma direita, e destaco alguma direita em Portugal, tem ainda um pensamento retrogrado no que toca aos festivais que abordam questões ambientais e outras formas de estar na vida. No que toca ao Primeiro-Ministro, perante tal resposta acho que o senhor Presidente o devia convidar a estar presente na próxima edição do Boom festival

Tivemos mais uma visita de elementos do governo, isto na página dezasseis, no ponto trinta e um, e desta vez tivemos a presença da Ministra da Presidência e da Secretária de Estado da Modernização e da Administração Pública que vieram abrir quatro espaços do cidadão, em que nestes espaços podemos renovar o cartão de cidadão, entregar o IRS e entregar despesas da ADSE. Mais uma vez vimos que elementos do governo praticamente todos os meses vêm ao nosso concelho. Eu lembro-me que o governo do PSD/PP governou durante quatro anos e não me recordo de ver elementos do governo no nosso concelho.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Mário Pissarra que disse que “ permitam-me que estamos a iniciar o ano letivo e é com muito agrado que eu venho aqui dizer a todos e congratular-me por ter sido um ano que começou no concelho de Idanha-a-Nova com sucesso. Sem problemas, está tudo a funcionar e portanto sei que o senhor Presidente da Câmara tem um carinho muito especial pela educação, como tem pelos outros temas, mas congratulo-me com isso e felicito-o por isso e também, como aqui já referiu o facto de ter conseguido mais uma turma de primeiro ciclo para Idanha-a-Nova.

Nas atividades do Município há que realçar aqui algumas atividades e quero realçar o festival de teatro da Ajídanha que teve o mérito extraordinário, porque foi descentralizado pelas freguesias. Tivemos aqui também a Baja TT em Idanha, uma participação internacional. Está neste momento e nesta semana também a decorrer um torneio internacional de ténis nos cortes de Idanha-a-Nova com a colaboração do clube de ténis de Idanha-a-Nova e que serão duas semanas de ténis internacional e que vai certamente trazer muita gente e trazer principalmente a nível mundial muitos participantes e que virão conhecer o nosso concelho. Felicitar o senhor Presidente e a câmara por ter estado e ter participado na universidade de Berkeley no tema sobre as alterações climáticas onde estiveram também presentes a nível da Europa outros presidentes de câmara, como sendo a câmara de Paris, de Oslo e de Varsóvia. Senhor Presidente o concelho ficou realmente, pela minha parte e penso que todos os munícipes devem ter ficado realmente satisfeitos com a sua presença no meio destas altas individualidades para falarem de um tema tão querido hoje que são as alterações climáticas.

Não há dúvida nenhuma que este tipo de atividades que aqui referi e quis realçar só para dizer que são as mais-valias para a economia do concelho, tanto no que diz respeito ao alojamento, à restauração, ao nosso património gastronómico e também esta gente toda que aqui vem mexe com todas as atividades económicas do concelho, desde o consumo de combustíveis, desde os transportes, desde os alojamentos, da alimentação, tudo aquilo que é necessário hoje para a nossa sobrevivência.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “ respondendo aqui às questões levantadas pelos senhores deputados, o senhor deputado Paulo Baptista fez aqui uma explanação bastante significativa sobre as atividades que estão aqui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 8 DE 29-09-2018

e sobre os procedimentos referidos na nossa informação. Falou sobre a execução baixa, portanto a informação que aí tem, é uma informação técnica da auditoria que nós temos e com muito gosto temos, é natural e estamos a falar à data de junho e daqui até ao final do ano é aquilo que estamos a fazer e o que habitualmente fazemos são execuções que têm sido bastante altas e portanto temos essa convicção sabendo nós que gerimos sobretudo programas comunitários, e nos programas comunitários temos projetos a avançar, projetos que queremos que sejam bem-feitos para depois serem executados. Portanto vai sempre depender disso daqui até ao final do ano cá estamos no nosso esforço para executar bem, como tem sido habitual na Câmara Municipal de Idanha-a-Nova e isso tem-se refletido em conseguirmos obter muitos recursos dos programas comunitários e também pela nossa boa saúde em termos económico-financeiros temos conseguido ir buscar dinheiro que outros não conseguem aplicar. Felizmente, passámos por este período de crise em que a câmara, com a lei dos compromissos e com todas estas dificuldades que as câmaras tiveram, e houve câmaras que ficaram sem qualquer espaço para poderem executar o que quer que fosse, e nós, obviamente, temos recursos ainda que limitados, temos sempre também as nossas dificuldades mas felizmente conseguimos gerir todo este processo com níveis de endividamento muito baixo, como ainda é o que temos agora, o que nos permite ter uma situação económico-financeira de boa saúde.

Falando aqui concretamente em muitos dos aspetos que falou, a captação de furos, nós desde há uns anos, estamos a fazer um trabalho muito profundo, e que nos vai levar ainda bastante tempo, sobre a gestão da água, a gestão da energia, a gestão das nossas redes, quer de efluentes quer da água quer da energia, e o objetivo de tudo isto é termos muita informação, termos os cadastros bem levantados, sabermos a nossa real situação para depois podermos fazer investimentos que nos tragam retorno. A fatura que temos hoje da água e da luz é enorme e todos nós sabemos e sentimos que tem que ser mais sustentável, mas só o conseguimos fazer fazendo o levantamento da real situação do que temos e como é que podemos fazer. Portanto a captação de furos vai também nesse sentido, em vez de estarmos a utilizar muita água da rede, podermos utilizar alguma água de furos para ir ao encontro das nossas necessidades nomeadamente das piscinas municipais durante o ano e das necessidades para irrigar os nossos espaços verdes, etc.. A revista Adufe, obviamente, este é um projeto que nos tem merecido elogios a nível nacional e internacional. Como sabem a revista Adufe tinha duas edições, porque é uma revista feita com os parceiros que temos e que nos têm dado uma grande notoriedade, não a nível nacional e internacional e como sabem ela é bilingue- português e inglês – o que nos permite estar em qualquer parte do mundo presentes com uma revista de altíssima qualidade dando uma imagem do concelho de Idanha, e não foi por acaso que nos convidaram em Berkeley, é porque a Idanha tem passado uma imagem positiva em termos estratégicos de investir na economia verde e uma imagem de qualidade, e portanto, nós com isto o que pretendemos é que a Idanha seja mais conhecida, que isso nos traga oportunidades económicas, a captar mais investidores, a dar oportunidades aos nossos empresários que cá estão e com isto conseguirmos infltir os números do despovoamento e destas questões todas que falamos. Portanto a revista, com todo este nosso investimento tem contribuído de uma forma muito positiva para tal. Portanto é uma aposta feita ainda no tempo do engenheiro Álvaro Rocha enquanto Presidente de Câmara e portanto uma aposta ganha e vamos continuar nessa orientação.

Quanto ao Plano Estratégico para a Reabilitação Urbana é evidente que os nossos serviços, e felizmente que a Câmara Municipal de Idanha tem investido nos recursos humanos e este nosso investimento em técnicos capacitados é que nos tem dado, e hoje a Idanha e não há muitos municípios deste país que tenha três



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 8 DE 29-09-2018

classificações UNESCO e estamos a fazer uma quarta candidatura, que é a primeira bio região do país e isto não é o Presidente da Câmara que faz isto tudo, é a nossa equipa, é todo um trabalho que nós temos, mas a nossa equipa não consegue fazer tudo e isto da Reabilitação Urbana e fazer todos estes levantamentos nas nossas freguesias é um trabalho extraordinariamente exaustivo e é um trabalho de investimento em todas as povoações, porque nós sempre estivemos contra, e como dizia a senhora deputada Lurdes Boavida, o Largo de Santo António não sei se o Largo de Santo António em Salvaterra merecerá, mas penso que sim porque tem tanto direito a merecer reabilitação como o Largo de Santo António em Idanha-a-Nova, mas infelizmente as políticas neste país continuam a ser centralistas, algo em que eu estou contra e que me tenho batido, não vou dizer que vamos fazer o mesmo investimento em todas freguesias por razões óbvias, o Couto dos Correias não poderá ter o mesmo investimento de reabilitação urbana como para Idanha, estamos a falar de dimensões diferentes, mas não podemos excluir nenhuma área urbana, porque se estivermos a excluir alguma área urbana estamos a fazer discriminação e nós somos de facto contra isso. E indo ao encontro desta nossa estratégia não há nenhum programa comunitário, nem nenhuma legislação que nos obrigue a fazer planos de ações, e nós já investimos mais de cento e cinquenta mil euros e continuamos a investir, para que todas as nossas freguesias tenham esse plano e não deixa de ser importante de todas as zonas urbanas do concelho de Idanha e por isso este Plano Estratégico para a Reabilitação Urbana porque nós queremos que os cidadãos do Município de Idanha-a-Nova se sintam bem a reabilitar em Salvaterra, em Aldeia de Santa Margarida, no Rosmaninhal, em Idanha-a-Nova ou nas outras freguesias que completam o concelho e por isso este plano estratégico.

Os serviços jurídicos que aqui temos são plurianuais ou até para três anos e são serviços jurídicos que temos contratado desde sempre esta casa contratou e continua a contratar e tendo nós também alguns colaboradores, obviamente as ações que temos durante todo o ano que necessitam de apoio jurídico, e são bastante significativas, portanto serviços fundamentais.

Sanitários públicos que alugamos obviamente serão para utilizar no decurso dos vários eventos que durante o ano ocorrem no município.

A aquisição de serviços para recolha de resíduos no festival Boom tem a ver com a nossa preocupação em recolher todo o tipo de resíduos em todos os locais do concelho e por isso temos também a preocupação em recolher os resíduos no espaço do festival Boom porque aí estiveram cerca de quarenta mil pessoas e por isso é nossa obrigação legal, assim como outra situação que aconteça noutra local fora das zonas urbanas, porque queremos que essas atividades ocorram no concelho porque isso trás mais-valias para a economia local.

O Estudo de impacto social e económico e sustentabilidade do festival Boom é importante porque o Boom já tem muitos anos em Idanha e há alguns anos conseguimos que eles mudassem a sede da empresa, que era em Lisboa, para Idanha, é publico que eles acabaram por adquirir o terreno do Boom festival, têm um projeto para além do Boom festival um outro festival feito no ano em que não Boom festiva e que já é no setor da saúde e bem-estar e considerado um dos melhores, senão o melhor do mundo dado que já trás pessoas de sessenta a setenta países e que vai decorrer no próximo ano, têm um conjunto de projetos que apresentaram a que chamam Boomland, ou seja, durante um ano vai haver um conjunto de atividades de formação ligadas às questões da sustentabilidade ambiental, portanto vai continuar a vir gente do mundo inteiro com quem eles se relacionam e por isso este estudo para nós é importante até para junto das entidades governamentais demonstrar-mos que um evento desta natureza,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 8 DE 29-09-2018

acontecendo em Idanha tem um impacto significativo, não só em Idanha mas queremos que seja em Idanha o mais possível e vai depender da nossa capacidade, que a organização tem esta sensibilidade, podemos fornecer aquilo que eles necessitam, em termos de alimentos, em termos de serviços, em termos da colaboração de pessoas. Temos feito um esforço muito grande com a colaboração das juntas de freguesia e a organização faz sempre ações para recolher colaboradores nas diferentes freguesias e temos que continuar a fazer um esforço agora que definitivamente este evento é de Idanha, está na Idanha para que ele nos traga ainda mais riqueza e mais emprego para o concelho de Idanha, para além da notoriedade que já nos dá a nível mundial e portanto isto é fundamental. Uma coisa é nós andarmos a dizer, olhe isto é muito bom, e a propósito disso este ano vieram cá de facto vários membros do governo, a Secretária de Estado do Turismo, o Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, o Ministro-adjunto do Primeiro-ministro e portanto se há momento em que o governo visitou e apreciou, aliás alguns deles fizeram questão de dizer isso na comunicação social e nas redes sociais se apreciaram a visita ao Boom festival foi agora e tenho pena que pessoas como a líder do CDS, Assunção Cristas, ainda tenha alguns preconceitos sobre as questões no país. Não há nada, como tenho dito a muita gente, vir ao concelho de Idanha, vir ao Boom festival e depois opinar e portanto esse comentário é um comentário preconceituoso, até porque, não faria questão de o dizer aqui e nem vou falar em nomes por uma questão de correção, mas no momento do governo do PSD/CDS e a pedido de militantes do CDS que faziam parte do governo vieram pedir à Câmara Municipal de Idanha bilhetes grátis para entrar no Boom festival e eu dei como dou a outros membros políticos, sociais, aliás como o Boom festival tem feito também dá bilhetes grátis para, em determinada situações, visitarem o Boom festival. Também não é por acaso que as notícias deste festival que saem no mundo, cerca de noventa e nove por cento são muito abonatórias. Há depois um por cento, tipo Correio da Manhã em primeira página muito especulativa e depois a notícia é interessante para quem a lê, mas a primeira página, quando diz que o governo está a experimentar novas drogas no Boom festival, isto não é nada mais do que especulação, como é evidente o governo tem nada a ver com isto, nem há ninguém a experimentar absolutamente nada, mas é o pior do nosso jornalismo.

A aquisição das viaturas que disse, nós o que temos aí é um procedimento para aquisição de três viaturas para a educação porque têm que cumprir um conjunto de requisitos e as que temos já ultrapassaram o número de anos e portanto terão que ser substituídas.

Falou no Green Valley Food Lab e essa é mais uma iniciativa que temos em curso onde habitualmente conhecemos por Várzea no qual estamos num processo muito acelerada de associar o Ribeiro do Freixo e portanto vamos ficar com cerca de oitocentos hectares conjuntamente com o Centro Logístico Agroalimentar do Ladoeiro e isto é o que nós chamamos o Green Valley Food Lab. É um projeto financiado para a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova como área de localização empresarial que estamos a acompanhar com especialistas cujo objetivo é dotar toda esta área com infraestruturas de comunicação, fibra ótica para apoio às empresas aí instaladas e as que porventura se venham a instalar, dado que temos muitas em lista de espera e esta verba está incluída numa no valor de um milhão de euros de investimento na criação dessas infraestruturas de esgotos, abastecimento de água, comunicações, de zonas de receção e numa estratégia que estamos a acompanhar com o governo e que no próximo fim-de-semana vamos assinar uma adenda ao contrato de arrendamento que temos com o governo do Couto da Várzea, para aumentar, por cinquenta anos, para que possamos continuar a fazer estes investimentos de



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 8 DE 29-09-2018**

uma forma mais ciente, embora com a descentralização estamos esperançados que o governo nos dê definitivamente esta infraestrutura que, como sabem, não estava a ser utilizada quando nós tomamos posse por este contrato de arrendamento. Esta adenda que vamos assinar no próximo fim-de-semana também passa para a gestão do município o Centro de Formação, que também não está a ser utilizado e desta forma possamos gerir ainda melhor esta área de localização empresarial que habitualmente chamamos Várzea mas que vai ter o conjunto da Várzea, do Ribeiro do Freixo e do Centro Agroalimentar do Ladoeiro.

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO DOIS: AQUISIÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES REGULARES DE PASSAGEIROS (CIRCUITO DOS PASSES ESCOLARES) - O senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos adicionais sobre a proposta. O senhor Presidente da Câmara disse que “ este é mais um concurso que estamos a fazer mas como se trata de um concurso plurianual, neste caso dois anos letivos, o mesmo tem que vir para apreciação e votação por parte da Assembleia Municipal.”

Seguidamente o senhor Presidente da Câmara informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra. Não havendo qualquer pedido de intervenção o senhor Presidente da Assembleia submeteu a proposta da Câmara Municipal relativa à proposta de *AQUISIÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES REGULARES DE PASSAGEIROS (CIRCUITO DOS PASSES ESCOLARES)*, a votação tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e seis.

Em face deste resultado a proposta da Câmara foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta.

Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À AQUISIÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES REGULARES DE PASSAGEIROS (CIRCUITO DOS PASSES ESCOLARES).”

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 8 DE 29-09-2018**

PONTO NÚMERO TRÊS: REDE SOCIAL DE IDANHA-A-NOVA: INDICAÇÃO DE UM ELEMENTO PARA A INTEGRAÇÃO NO NÚCLEO EXECUTIVO DO CLAS - O senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor Presidente da Câmara para fazer esclarecimentos adicionais à proposta apresentada.

O senhor Presidente da Câmara disse que “ o Conselho Local de Ação Social é um conselho criado pelo Município de Idanha-a-Nova reunindo habitualmente, à semelhança do que estamos a fazer com a educação, em que reunimos habitualmente e discutimos as questões que tenham a ver com a ação social no concelho, a estratégia e as questões que vão surgindo habitualmente, portanto temos uma reunião periódica trimestralmente e para além de representantes de associações do município está também representantes da segurança social que nos ajuda assim, não só a definir a estratégia mas por exemplo candidaturas pelas IPSS's. É importante que nós possamos acompanhar e possamos dar o nosso parecer neste âmbito. Portanto este é o núcleo executivo e depois há uma assembleia geral da qual fazem parte muitas entidades do concelho de Idanha em termos que têm interesse nas questões sociais.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Mário Pissarra que disse que “ ó Grupo Municipal do PS indica como representante desta Assembleia o senhor deputado João Gerales.”

Terminada a intervenção do senhor deputado e não havendo mais pedidos de intervenção o senhor Presidente da Assembleia submeteu a proposta do Grupo Municipal do PS relativa à *REDE SOCIAL DE IDANHA-A-NOVA: INDICAÇÃO DE UM ELEMENTO PARA A INTEGRAÇÃO NO NÚCLEO EXECUTIVO DO CLAS*, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: três – Paulo Baptista, João José Cabral e Paulo Rodrigues;

Votos a favor: vinte e três.

Em face deste resultado a proposta da Câmara foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta.

Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, TRÊS VOTOS DE ABSTENÇÃO E VINTE E TRÊS VOTOS A FAVOR, APROVAR A INDICAÇÃO DO SENHOR DEPUTADO JÃO LUÍS MARQUES REGO GERALDES PARA A INTEGRAÇÃO NO NÚCLEO EXECUTIVO DO CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DE IDANHA-A-NOVA (CLAS).”

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 8 DE 29-09-2018

PONTO NÚMERO QUATRO: PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS NO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA - O senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos adicionais relativamente à proposta apresentada.

O senhor Presidente da Câmara disse que “ sobre esta participação variável e também se me permite senhor Presidente da Assembleia dizer sobre o ponto quatro, cinco, seis e sete da ordem de trabalhos, mantemos a nossa proposta que fizemos o ano passado e aqui sobre a participação variável no IRS no ano passado fizemos uma proposta de alterar para dois e meio por cento, sendo que estes dois e meio por cento vão para a rubrica dos apoios sociais e relativamente a todos os outros mantemos a mesma formulação dos anos anteriores que é naquilo que nós podemos isentar, isentamos, naquilo que são as taxas mínimas e nelas não há nenhuma alteração.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado João José Cabral que disse que “ sobre esta proposta nós não recebemos qualquer tipo de justificativo e não compreendo o que o senhor Presidente invocou para que a taxa seja de dois e meio por cento e não ser três, ou quatro ou cinco, quer dizer tem que haver alguma razão e algum justificativo. Ficamos sem saber, é que a lei diz que pode ser entre zero e cinco por cento o valor a fixar e gostávamos de saber porque é que se optou por dois e meio por cento e qual é que é o valor que isso representa em termos de receita para a autarquia e porque não devolvemos aos munícipes em vez dos dois e meio por cento não devolvemos os cinco por cento. Faz assim tão grande diferença para as contas da câmara? Somos um município do interior, desertificado, economicamente débil e que argumenta que vale a pena viver e investir no concelho e o executivo está a abdicar na totalidade de uma medida discriminação positiva de índole fiscal municipal e de um sinal político que também deveria ser complementado pela administração central que possibilite um aumento do rendimento das famílias, o que contribuiria para dinamizar a economia local. Efetivamente dois e meio por cento não é pouco nem é muito, estamos no meio, mas tem que haver uma justificação.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Maria de Lurdes Boavida que disse que “ quando o ano passado foi apresentado este assunto foi um pouco mal compreendido por mim e daí o meu pesar. Depois durante o ano não tive oportunidade de me informar melhor, de falar com imensas pessoas sobre isto e chegámos à seguinte conclusão, se por um lado os cinco por cento ficando nas famílias era bom, por outro lado o facto de dividir dois e meio por cento em prol dos problemas sociais também é bom. E portanto as famílias que receberiam essa devolução de IRS são, num concelho como o nosso poucas e são as que vivem, poderemos considerar, que serão as que vivem melhor, e portanto achamos que entre uns viverem melhor e outros viverem pior, optamos sempre pelo elo mais fraco e então este ano já é com maior consciência, com uma consciência social adequada à dinâmica do concelho que vou votar a favor.”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “agora é o momento em que diria, faço minhas as palavras da senhora deputada Lurdes Boavida, exatamente quem anda há anos nisto é esta a perceção. A câmara de Idanha orgulha-se de ter neste país um dos maiores investimentos, e estamos a falar em termos percentuais, na área social e como sabem na altura do Presidente Álvaro Rocha, ele iniciou, e muito bem, esta iniciativa e a explicação foi esta, portanto quem paga mais IRS no concelho é quem recebe mais dinheiro e os cinco por cento revertiam na totalidade para os apoios sociais, e assim foi. Quando eu depois entrei como Presidente de Câmara, alterei isto para zero por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 8 DE 29-09-2018

cento mas expliquei porque passei para zero por cento, não porque estava em desacordo com o engenheiro Álvaro Rocha, de maneira nenhuma estive sempre em acordo, mas porque estávamos numa crise profunda neste país. Uma crise em que as pessoas deixaram, todos nós começamos a ter muitíssimas dificuldades que baixaram os rendimentos de uma forma significativa, e portanto os cinco por cento de IRS, podendo não ser muito, ajudou muita gente da classe média, a poder ter um pouquinho mais no final do mês e foi esse o nosso objetivo de dar os cinco por cento como forma de discriminação positiva.

Num período em que começou o retomar dos rendimentos, nomeadamente os funcionários públicos e de muitos da classe média, entendemos seguir a política que o engenheiro Álvaro Rocha tinha implementado, mas não indo para os cinco por cento, dando este sinal dos dois e meio de discriminação positiva para quem vive em Idanha, sabendo nós que quem mais beneficia dele é de facto quem tem mais rendimentos e os outros dois e meio não vão resolver-nos os problemas sociais, como é evidente, mas estamos a falar numa verba cerca de cento e cinquenta mil euros, mas é uma ajuda para quem precisa em termos médicos, na área da habitação, ou seja, em todos os programas sociais que temos. E portanto foi com o princípio que a senhora deputada Lurdes Boavida aqui veio dizer, é a melhor resposta ao senhor deputado João José Cabral, mas agora dir-lhe-ia que o candidato do seu partido à Câmara Municipal de Castelo Branco propôs também dois e meio por cento e não sei se lhe explicou porquê? Não foi porque ele propôs que nós propomos, mas foi dois e meio, foi metade, poderia ter sido três, um, mas entendemos que fosse metade, para dar este sinal positivo de discriminação positiva e o restante também o sinal positivo de que quem ganha mais dinheiro neste concelho dar um contributo de dois e meio por cento do seu IRS para apoiar aqueles que mais precisam no concelho.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “ na realidade as explicações do senhor Presidente da Câmara são suficientemente claras para que nós possamos votar. A partir do momento em que este município se apresenta como um município que quer cativar pessoas que venham para aqui viver, se fala em sucesso empresarial de pessoas que vivem aqui e se querem ter cá famílias, então nós seríamos a favor de repor novamente os zero por cento e isto talvez servisse para que motivasse muitos dos funcionários desta Câmara Municipal que vivem em municípios vizinhos pudessem mudar-se para cá, fruto também de mais uma vantagem para quem aqui quisesse viver, razão pela qual iremos votar contra a proposta.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, e não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal relativa à *PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS NO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA*, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: três – Paulo Baptista, João José Cabral e Paulo Rodrigues;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e três.

Em face deste resultado a proposta foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta.

Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 8 DE 29-09-2018**

“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM TRÊS VOTOS EM CONTRA, ZERO VOTOS DE ABSTENÇÃO E VINTE E TRÊS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS NO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA.”

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO CINCO: FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL PELOS DIREITOS DE PASSAGEM – O senhor Presidente da Assembleia informou que, após os senhor Presidente da Câmara ter dito que não houve qualquer alteração em relação à proposta de 2018, mas no entanto se porventura algum dos senhores deputados necessitem de esclarecimentos adicionais, está aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “ esta taxa que nós cobramos sobre os direitos de passagem, foi uma taxa muito comentada no passado, e por acaso já cá estamos alguns há muito tempo, não iremos cobrar rigorosamente taxa alguma sobre os direitos de passagem e nunca cobramos. Portanto esta taxa e a proposta é no sentido de não cobrar nada, isto é um pedido de esclarecimento.”

Terminada a intervenção do senhor deputado o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “ nós não cobrávamos, nos anos anteriores, porque depois as empresas refletiam isso na fatura dos consumidores e agora há uma legislação que obriga que as empresas não possam refletir isso na faturação dos consumidores e portanto agora vamos cobrar a taxa.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a proposta da Câmara Municipal relativa à *FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL PELOS DIREITOS DE PASSAGEM*, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e seis.

Em face deste resultado a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta.

Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL PELOS DIREITOS DE PASSAGEM.”

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 8 DE 29-09-2018**

PONTO NÚMERO SEIS: FIXAÇÃO DE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – O senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra. Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Maria de Lurdes Boavida que disse que “o que queria apresentar aqui sobre o assunto é a seguinte pergunta: está feita toda a atualização dos IMI's aos prédios quer urbanos, quer rurais? O facto de haver zonamentos, tenho a sensação de que a atualização não estaria correta porque há várias casas grandes que não levaram atualização e ainda estão com preços antigos e casas mais pequenas que estão atualizadas e pagam preços mais altos. Este era o esclarecimento que necessito, quem é que faz a avaliação, quem é que faz a atualização, a Câmara ou as finanças?”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “ nós aqui estramos a definir com taxa mínima, aquela que por lei é possível nós irmos aos valores mínimos. A questão do IMI é feita pelas finanças, não é pela Câmara, mas há períodos em que é feita uma revisão a este processo e eu já participei, enquanto Presidente da Câmara num processo dessa natureza com os técnicos que depois são contratados pelas finanças para fazer esta avaliação de IMI dos territórios e nós aqui no concelho conseguimos que se baixassem os índices de IMI, mas não somos nós, obviamente, dizemos que se baixe o IMI. Há um conjunto de regras a nível nacional que tem a ver aspetos, e por exemplo a nossa proximidade a Castelo Branco influencia, por ser um território de maior desenvolvimento, tem maior população, as questões do IMI face a Penamacor e na altura preocupei-me muito com isso porque havia taxas em Penamacor diferentes das de Idanha, e são todos estes aspetos que estão em linha de conta. As zonas de IMI de Idanha são diferentes das do Couto dos Correias no Rosmaninhal. Conseguimos da última revisão baixar relativamente em algumas zonas o índice de IMI. Já o IMI de uma habitação X ou Y diz respeito ao cidadão que é dono da casa que acha que a avaliação da sua casa não está bem e então com as finanças tenta negociar, porque depois a avaliação é feita por técnicos das finanças.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, e não havendo mais pedidos de esclarecimento, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal referente à *FIXAÇÃO DE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI)*, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e seis.

Em face deste resultado a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta.

Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 8 DE 29-09-2018**

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À FIXAÇÃO DE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI).”

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO SETE – LANÇAMENTO DA DERRAMA A COBRAR NO ANO DE 2019 – O senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra. Terminado o mesmo e não havendo qualquer pedido de esclarecimento, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal relativa ao *LANÇAMENTO DA DERRAMA A COBRAR NO ANO DE 2019*, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e seis.

Em face deste resultado a proposta da Câmara Municipal foi apurada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta.

Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA AO LANÇAMENTO DE DERRAMA A COBRAR NO ANO DE 2019.”

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO OITO – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2018 – PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS – O senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos adicionais relativamente à proposta.

O senhor Presidente da Câmara disse que “ o que pedimos à Assembleia Municipal é esta alteração ao quadro de pessoal com mais dois elementos aí identificados, dentro deste processo habitualmente conhecido como o processo dos precários, não queremos chamar nomes a quem muito dignamente trabalha, mas foram identificadas mais duas situações que através do aviso publicado e portanto dentro aviso público mais algumas pessoas candidataram-se e os serviços administrativos da Câmara viram que tinham todas as condições para serem integrados e portanto nós também nesse seguimento entendemos propor aqui mais dois lugares de quadro e é isto que aqui trazemos.”



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 8 DE 29-09-2018**

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse que “a questão não se prende com o facto de haver um aumento, tudo tem a ver ter havido uma correção em tão pouco tempo do aumento de precários, como assim lhe chamou, e ao que nos parece com alguma carência de justificação, uma vez que a justificação que foi feita apenas esta do senhor Presidente da Câmara e não querendo impedir o natural trabalho e desempenho de quem desempenha estas funções, no entanto o nosso voto vai ser no sentido da abstenção. Eu gostaria ainda, senhor Presidente, de fazer aqui uma denúncia de uma promessa do senhor Presidente da Câmara que não cumpriu e reparei nisso há bocado e vou-me penitenciar também. O senhor Presidente da Câmara prometeu que dado que a água consumida na Idanha era de ótima qualidade passaria a ter aqui jarros e copos e deixaríamos de ter de adquirir garrafas de plástico. O senhor falhou, como o senhor falhou, faz favor de repor no futuro essa situação que pelo menos assim abatemos um falhanço à lista que nós temos previsto.”

Terminada a intervenção do senhor deputado e não havendo mais pedido de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal relativa à *PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2018 – PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS*, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: três – Paulo Baptista, João José Cabral e Paulo Rodrigues;

Votos a favor: vinte e três.

Em face deste resultado a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta.

Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, TRÊS VOTOS DE ABSTENÇÃO E VINTE E TRÊS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2018 – PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS.”

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO NOVE: CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA CASA MARROCOS EM IDANHA-A-VELHA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA REVIVE – O senhor Presidente da Assembleia disse que estava a ser distribuído um documento para substituir aquele que inicialmente foi enviado por correio e solicitou aos senhores deputados que se queiram inscrever o favor de o fazerem sobre esta questão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 8 DE 29-09-2018

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “ a Assembleia Municipal enviou a informação que foi enviada pela Câmara Municipal em que o ponto de alteração àquilo quer já cá veio várias vezes e tem a ver com a introdução de um anexo no caderno de encargos que estamos a preparar para o concurso público internacional a inclusão do anexo três proposto pela Secretaria de Estado do Turismo e pelo Turismo de Portugal que engloba uma informação histórica sobre a aldeia histórica de Idanha-a-Velha e esta informação histórica vem de uma investigadora do Instituto de História de Arte.

Pela rapidez com que nos pediram isto e porque temos previsto lançar o concurso público no mês de outubro e fazer um anúncio público com a senhora Secretária de Estado do Turismo na Casa do Concelho em Lisboa no dia dez de outubro às dezasseis horas, e isto fica logo a ser para já uma informação que não vai por telefone mas vai diretamente aqui para os senhores deputados que estão nesta sala, e portanto esta peça entendemos desde que veio à Câmara Municipal e que depois mandámos para a Assembleia Municipal, e isto foi feito com uma rapidez que o Turismo de Portugal nos mandou já depois de termos enviado para a Assembleia Municipal, os nossos serviços de arqueologia entenderam que havia aqui no texto original que os deputados municipais receberam algumas incongruências às quais não gostaríamos de estar vinculados, daí que neste período os nossos serviços de arqueologia entraram em contacto com o Turismo de Portugal e com esta proposta do Turismo de Portugal e do Instituto da História da Arte no sentido de alterar alguns pormenores que nos deixassem mais aconchegados sobre algumas situações menos claras para nós em termos histórico-culturais e em termos arqueológicos nomeadamente não concordávamos e não são, na nossa ótica, verdade. Feita a proposta, eles alteraram e é este o texto que agora entregámos a todos. Portanto a proposta é que possamos aprovar a introdução do anexo III que é esta versão que hoje vos entregamos e que eu vou pedir, de uma forma muito resumida, que a senhora deputada Adalgisa Dias identifique as alterações ao texto previamente enviado.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Adalgisa Dias que disse que “ o texto tem uma autoria que é da investigadora Daniela Simões, da Faculdade de Ciência Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e que também é investigadora do estudo do Instituto de História da Arte. Portanto terá sido o Ministério da Cultura e Turismo de Portugal que lhe terá encomendado naturalmente este estudo de caracterização artística da Casa Marrocos. Naturalmente quando lemos atentamente o documento percebemos que havia aqui algumas situações que não estavam bem esclarecidas e solicitamos, portanto à citada investigadora que tivesse em consideração os nossos alertas.

Assim sendo na página um, mesmo no final do segundo parágrafo, onde está escrito *o qual chegou a ser cidade episcopal durante a alta idade média*, passou a ficar o qual foi cidade capital da civites romana e posteriormente cidade episcopal na alta idade média, na página três, segundo parágrafo onde está escrito *este conjunto marcado pelo seu hibrismo arquitetónico assente no estilo português suave foi mandado edificar pelo último morgado de Idanha-a-Velha*, fica apenas foi casa do último morgado de Idanha-a-Velha, porque ele não foi mandado edificar porque já lá havia uma casa anterior e isto é uma obra de ampliação e não uma obra de raiz. No terceiro parágrafo há um equívoco e colocam-se as ruínas do fórum no subsolo da casa Marrocos e isso não é verdade e então em vez de ficar *sobre o que se pensa serem as ruínas do fórum da cidade romana*, ficou, se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 8 DE 29-09-2018

encontra edificado próximo das ruínas do fórum da cidade romana. Na página quatro, segundo parágrafo onde diz no que respeita ao contexto ad edificação da Casa Marrocos a significativa campanha da ampliação a que foi alvo ao ponto de ser hoje praticamente impossível de identificar as estruturas primitivas, passará a ficar, ao ponto de hoje ser difícil identificar as estruturas primitivas. Depois vem aqui uma citação da memória popular logo a seguir, terá tido origem segundo memória popular, e passará a ficar, terá tido origem na memória popular.”

Portanto do ponto de vista histórico e da caracterização artística do imóvel, introduzindo estas alterações e repondo estas características que nós solicitamos à investigadora, e de facto ela repôs porque entendeu que deveria considerar passando assim a ser esta a versão final do documento.”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Maria de Lurdes Boavida que disse que “nós andamos aqui todos a falar de uma situação que talvez muita gente não conheça e alguns conhecem mal, mas outros poderão conhecer bem. Estamos a votar uma situação que deveria ser visitada por todos nós, porque é um património municipal, as alterações que vão ser feitas estão todas consignadas nas regras que estão aí nos cadernos de encargos, mas nós não conhecemos em pormenor o edifício em si, de maneira que queria perguntar se não haverá hipótese de organizar uma visita da Assembleia Municipal à Casa Marrocos.”

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado João Geraldês que disse que “a minha intervenção tem a ver com a apresentação de uma sugestão ao senhor Presidente da Assembleia. A quantidade de papel que se gasta, a meu ver, nesta assembleia é um bocado excessivo, deram um exemplar a cada deputado e acho que poderia ser enviado em formato PDF e não em papel.”

O senhor Presidente da Assembleia disse que “ não poderei aceder a esse pedido eventualmente algum dos senhores deputados queira ter acesso à informação a queiram ter por e-mail devem fazer esse pedido à Mesa da Assembleia. Se os senhores deputados que queiram ter a informação da Assembleia Municipal, nomeadamente a ordem de trabalhos e toda a documentação que faz parte da ordem de trabalhos, se quiserem ter acesso por e-mail e não por correio registado façam o favor de pedir à Mesa da Assembleia que nós faremos esse procedimento, quem não puder ter ou quem não quiser obviamente vai ser notificado pelas vias normais que estão a ser feitas sem problema absolutamente nenhum.”

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse que “ sobre a visita à Casa Marrocos nós fizemos o lançamento disto em Idanha-a-Velha e em que se visitou toda a casa, podemos voltar a fazer, e acho muito bem, direi eu no momento, esperemos, que tenhamos candidatos que queiram concorrer e seja um concorrente bom e forte e esse é o nosso desejo, e nessa altura com ele poderemos preparar uma nova visita à casa para que todos a conheçamos e consigamos perceber o que é que se pretende fazer lá.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara e não havendo mais pedidos de esclarecimento, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal relativa à



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 8 DE 29-09-2018**

CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA CASA MARROCOS EM IDANHA-A-VELHA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA REVIVE, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e seis;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: três – Paulo Baptista, João José Cabral e Paulo Rodrigues;

Votos a favor: vinte e três

Em face deste resultado, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme o indicado pela Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta.

Por unanimidade, foi aprovada, esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, TRÊS VOTOS DE ABSTENÇÃO E VINTE E TRÊS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA “CASA MARROCOS” EM IDANHA-A-VELHA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA REVIVE, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS CONFORME DOCUMENTO ANEXO.”

Terminada a discussão dos assuntos da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia em cumprimento do estipulado no Regimento da Assembleia, solicitou se alguém do público queria tomar a palavra.

Não houve qualquer pedido de intervenção por parte do público presente.

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa.